

## **Pedido de Autorização para a Comarca de Capinópolis**

O pedido de autorização judicial para entrada e permanência de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsável legal, em eventos, festas e espetáculos públicos na Comarca de Capinópolis deve conter as seguintes informações:

- qualificação do requerente (nome, endereço, telefone, RG e CPF);
- nome, endereço, telefone e CNPJ (se houver) do estabelecimento;
- tipo de evento, público estimado, faixa etária abrangida, dia(s) de sua realização, bem como o horário de início e término;
- o número de seguranças contratados para fazer a segurança do evento;
- se haverá venda ou fornecimento de bebida alcoólica e, caso positivo, quais os procedimentos que o estabelecimento ou promotores do evento adotarão para impedir a venda ou fornecimento a crianças ou adolescentes.

O pedido deverá ser instruído com a cópia dos seguintes documentos:

- CPF e documento oficial com foto (preferencialmente RG ou CNH) do promotor do evento quando o requerente for pessoa física ou do representante legal da entidade promotora do evento, quando o requerente for pessoa jurídica;
- contrato social e estatuto atualizado, devidamente registrado, da entidade promotora do evento, quando o requerente for pessoa jurídica;
- documento comprobatório de inscrição e de situação cadastral da entidade promotora do evento, quando o requerente for pessoa jurídica;
- comprovante de domicílio do requerente;
- alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal do local em que o evento se realizará;
- alvará do Corpo de Bombeiros;
- contrato de prestação de serviço com a empresa de segurança;
- instrumento de procuração, quando representado o requerente por advogado;
- comprovante de comunicação do evento para o delegado da polícia civil, o presidente do conselho tutelar e o comandante da polícia militar;
- comprovante de recolhimento das custas ou despesas processuais eventualmente devidas

A impossibilidade de apresentação de quaisquer dos documentos para o evento pretendido deverá ser justificada expressamente no requerimento.

A autoridade judiciária poderá requerer outros documentos para a concessão do alvará.